

# Estudos de Morbidade: Usos e Limites

*Luana Carandina\**

---

Entre os Estudos de Morbidade tentaremos focar os usos e *limites dos Inquéritos Populacionais*, procurando atender a proposta da discussão temática de hoje.

A princípio, os inquéritos de morbidade, de uma população ou de grupos populacionais, teriam a possibilidade de superar algumas limitações encontradas em registros existentes nos Serviços de Saúde, tais como a omissão de informações, a qualidade do registro, a restrição das informações existentes à demanda atendida. Isto porque o inquérito utiliza instrumentos, próprios de coletas das informações, “construídos” a partir dos objetivos estabelecidos, que são aplicados numa população determinada (ou numa amostra considerada representativa) abrangendo também a demanda reprimida.

Os inquéritos utilizam uma metodologia epidemiológica, já suficientemente estruturada, que permite e determina:

- a) um planejamento cuidadoso de todas as etapas, a partir de uma clara definição dos objetivos;
- b) um desenho amostral cuidadosamente traçado;
- c) um cronograma criterioso das fases de execução;
- d) uma elaboração cuidadosa dos instrumentos de coleta das informações, com a prática do pré-teste para avaliar sua aplicabilidade e sua acurácia;
- e) uma definição prévia das formas de processamento e análise das informações;
- f) um processo conhecido de seleção, treinamento e supervisão dos recursos humanos necessários;
- g) o conhecimento de normas básicas de organização e de condução do inquérito;

---

\* Professora Doutora do Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Medicina de Botucatu da UNESP.

h) uma previsão detalhada dos custos e das formas de acesso a agências de financiamento.

Na prática, os inquéritos populacionais de morbidade apresentam limitações de intensidade variada.

Em primeiro lugar são caros e bastante trabalhosos. Geralmente atendem uma equipe multiprofissional de investigadores, cujo entrosamento pode representar, às vezes, um verdadeiro (embora válido) desafio.

A elaboração dos inquéritos tem ocorrido, com certa frequência, sem a participação dos serviços aos quais, teoricamente, são destinados os resultados.

A metodologia utilizada não é adequada ao estudo de doenças de baixa prevalência na comunidade. Quando o objetivo é medir a “prevalência instantânea” a referência a algumas doenças que apresentem forte restrição social (como as doenças sexualmente transmissíveis, as doenças mentais, etc) e/ou legal (dependência a drogas, abortos, etc.), não oferece a necessária fidedignidade pois tais informações são freqüentemente omitidas pelo informante.

Ainda são objeto de questionamento conceitual e acadêmico a propriedade dos desenhos amostrais e da análise a partir da “morbidade referida”. Nossa maior preocupação baseia-se, entretanto, em outras questões. Algumas de caráter operacional como o uso da Classificação Internacional de Doenças na codificação de informações de morbidade para as quais não foi elaborada e a não total adequação dos programas de processamento disponíveis para o volume e as características dos dados colhidos nos inquéritos.

Outras questões, de caráter mais conceitual, estão relacionadas com a relativa inadequação do instrumental epidemiológico para evidenciar e dimensionar os determinantes sociais do processo saúde-doença. Esta questão é relevante para todos os estudos de morbidade e não apenas para os inquéritos.

Não podemos deixar de mencionar, ainda, a limitação decorrente da falta de padronização na execução dos inquéritos de morbidade até hoje divulgados e que torna impossível, com certa frequência, a comparação de seus resultados.

Todas as questões levantadas merecem a reflexão, em busca de soluções, seja da Academia seja dos Serviços.

A proposta do Sistema Único de Saúde e a sua implementação resgataram com ênfase a importância do planejamento em saúde que, por sua vez, não pode prescindir do diagnóstico das condições de saúde e da qualidade de vida da população, bem como da avaliação de programas e ações e conseqüente redefinição do processo de planejamento.

Neste sentido, acreditamos que os inquéritos populacionais de morbidade, realizados com periodicidade variável (de acordo com as características sócio-demográfica da população e da organização e grau de acesso aos serviços, específicas de cada região ou local), possam contribuir e complementar os estudos de morbidade realizados a partir de informações registradas.